

APRESENTAÇÃO

O número 102 da revista *Lua Nova* inicia com um dossiê que discute a natureza da produção de conhecimento da teoria política a partir dos vários modos pelos quais essa área específica da Ciência Política se consolidou no Brasil ao longo das últimas três décadas. No artigo introdutório as organizadoras do dossiê, Raquel Kritsch e Raissa Wihby Ventura, apresentam o debate sobre a questão e destacam a especificidade da produção contemporânea em teoria política. As autoras argumentam que, assim como nos mais renomados centros de pesquisa europeus e americanos, no Brasil a produção em teoria política foi especializada, ramificada e passou a contar internamente com disputas em torno dos modos de abordá-la e fundamentá-la, sejam eles histórico, empírico ou normativo, o que é discutido de maneira mais detida nos demais textos que compõem o dossiê, cuja leitura sugere que a teoria política contemporânea é feita no plural.

No texto “Teorias políticas tradicionais e teoria crítica”, Alessandro Pinzani sustenta que toda teoria política é essencialmente normativa, mesmo quando afirma ser meramente descritiva e empírica. O artigo seguinte, de Álvaro de Vita, aborda a teoria política normativa a partir da justiça rawlsiana e se contrapõe ao ponto de vista do texto anterior ao argumentar que teorias políticas deveriam se orientar pelos problemas de seu tempo, procurando explicitar e justificar de maneira racional os princípios que assumem, confrontando-os com concepções que se lhe opõem e com suas possíveis implicações institucionais, e não pelo método, por técnicas ou pela própria teoria. Em seguida, Ricardo Silva defende, a partir da trajetória do pensamento de Quentin Skinner, as vantagens da abordagem histórica

da teoria política que permite intercâmbio interessante entre a história do pensamento político e a teoria política contemporânea.

Flávia Biroli, por sua vez, discute o lugar das teorias feministas da política no subcampo da teoria política e afirma ser necessário atentar que se tratam de pensamentos elaborados por mulheres, as quais foram historicamente excluídas e são, ainda hoje, incluídas desigualmente na política institucional, objeto primordial da ciência política. Nesse sentido, a produção e a circulação do conhecimento no mundo acadêmico também têm sido marcadas pela exclusão e pela inclusão desigual das mulheres. Com relação ao texto de Biroli, faz-se necessário comentar que os leitores atentos poderão verificar que foi alterado o padrão da revista *Lua Nova*, que apresenta as iniciais dos prenomes e apenas sobrenomes completos na bibliografia. Atendemos a um pedido da autora, que nos colocou a par de um debate importante sobre autoria e gênero em que se questiona a abreviação dos prenomes, uma vez que esta prática impede a identificação de autora ou autor. Como discute no texto a presença de mulheres e da temática de gênero na ciência política, resolvemos acatar uma solicitação legítima e, provocados por esta reivindicação, nos comprometemos a examinar com o comitê de redação a possibilidade de mudança na maneira de apresentar a bibliografia nos próximos números.

Em seguida, Rúrion Melo aborda a divisão entre teorias empíricas e normativas da política a partir de problemática diferente: ele sustenta que a adoção do método reconstrutivo pela teoria política tanto poderia auxiliar na superação da dicotomia hoje existente entre teorias empíricas e normativas quanto permitiria construção aberta e inacabada dos conceitos políticos, sem descuidar de seus contextos históricos e sociais. O dossiê se encerra com um texto inusitado de Renato Perissinotto e José Szwako, que sugerem que movimentos sociais podem ser entendidos como

formuladores de teoria política, segundo uma definição específica e crítica do que seria a vocação teórico-política.

Este número da revista *Lua Nova* conta, ainda, com dois artigos avulsos que tratam do legado do pensamento gramsciano. No primeiro deles, Daniela Mussi e Alvaro Bianchi destacam a influência do pensamento de Antonio Gramsci na cultura socialista e na Revolução Russa a partir de obras do filósofo publicadas entre 1915 e 1917. No segundo texto avulso e último da revista, Camila Góes analisa os usos do pensamento de Gramsci na Índia com os *Subaltern Studies*. Todos os artigos, inclusive os do dossiê, foram avaliados por pareceristas, a quem muito agradecemos.

Bruno Konder Comparato

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Guarulhos, SP, Brasil. E-mail <bruno.comparato@unifesp.br>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-007009/102>